



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 981/2009**

**Em, 25 de junho de 2009.**

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2010, e dá outras providências.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ,** Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, II, § 2º, da Constituição Federal, e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2010, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e a organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para elaboração, execução e acompanhamento dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre as transferências constitucionais;
- V - as disposições sobre as transferências voluntárias;
- VI - as disposições sobre os precatórios judiciais;
- VII - as disposições sobre a política para aplicação dos recursos da agência financeira oficial de fomento;
- VIII - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- IX - as disposições sobre a administração da dívida pública municipal e das operações de crédito;
- X - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- XI - as disposições finais.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo único** - Integram, ainda, esta lei os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**CAPÍTULO I**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** As metas e as prioridades do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2010 serão compatíveis com o Plano Plurianual, de acordo com o Anexo I constante desta lei.

**Parágrafo único** - A elaboração e aprovação do projeto da lei orçamentária de 2010 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo II.

**CAPÍTULO II**

**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3º** - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendido estes, como os de maior nível da classificação institucional;

VI - transferências voluntárias, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde;

VII - concedente, o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, responsável pela transferência de recursos financeiros;

VIII - conveniente, o ente da Federação com o qual a administração estadual pactua a execução de um programa com recurso proveniente de transferência voluntária.

§ 1º Os programas governamentais serão identificados segundo as regiões de planejamento constantes no Plano Plurianual.

§ 2º Os projetos, atividades e operações especiais que têm impacto, ou que atendam a situações emergenciais, serão alocados no código 9900.

§ 3º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 4º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

**Art. 4º** A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal; e,

II - Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 5º** - A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, nos quais discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

modalidade de aplicação e os grupos de natureza de despesa, de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Portarias Interministeriais nº 163, de 04 de maio de 2001; nº 325, de 27 de agosto de 2001; nº 519, de 27 de novembro de 2001; e Portaria nº 248, de 28 de abril de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 2008.

**Art. 6º** - O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social, com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada na sua totalidade.

**Art. 7º** - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

**Art. 8º** - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, além da Mensagem e do respectivo Projeto de Lei, será composto de:

- I - quadros orçamentários consolidados;
- II - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- III - demonstrativos e informações complementares.

**§ 1º** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

- I - situação econômica e financeira do Município;
- II - demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;
- III - exposição da receita e despesa;
- IV - resumo da política econômica e social;



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

V - programação referente a recursos constitucionalmente vinculados.

§ 2º Integrará a Lei Orçamentária a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados nos incisos I, II, III, IV, do §1º, incisos I, II e III, do § 2º, ambos do art. 2º, e incisos III e IV, do art. 22, todos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I - evolução da receita do tesouro:

- a) arrecadada nos cinco últimos exercícios;
- b) prevista para o exercício a que se refere à proposta;
- c) prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

II - estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

III - estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por natureza da receita;

IV - estimativa da receita por fonte de recursos, isolada e conjuntamente;

V - evolução da despesa do tesouro:

- a) realizada nos cinco últimos exercícios;
- b) fixada para o exercício a que se refere à proposta;
- c) prevista para o exercício a que se elabora a proposta;

VI - resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

VII - da despesa por poder e órgão dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

VIII - da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

IX - da despesa por órgão de Governo nos orçamentos fiscal e da seguridade social;

X - da despesa por grupo de despesa dos orçamentos fiscal e



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XI - da despesa por função e subfunção dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

XII - da despesa por programa de governo, dos orçamentos fiscais e da seguridade social.

XIII - descrição sucinta de cada unidade administrativa do governo competência e legislação pertinente.

**§ 3º** Integrarão o anexo de informações complementares os seguintes demonstrativos:

I - receita corrente líquida com base nos §§1º e 3º, IV, do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/00;

II - demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditício;

III - demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**CAPÍTULO III**

**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E  
ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES.**

**Art. 9º** - No projeto de lei orçamentária para o exercício de 2010, as receitas e as despesas deverão ser orçadas pelo Poder Executivo a preços correntes de 2009.

**Parágrafo único** - O Orçamento será Participativo, contará com a participação popular quando da sua elaboração através de audiências públicas, regionais, visando atender as demandas sociais.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 10** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2010 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo II, considerando, ainda, os riscos fiscais demonstrados no Anexo III desta lei.

**Parágrafo único** - Serão divulgados pelo Poder Executivo:

- a) as estimativas das receitas;
- b) a proposta de lei orçamentária, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;
- c) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- d) a execução orçamentária com o detalhamento das ações por função, subfunção, programa, e de forma acumulada;
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 11** - As metas fiscais constantes do Anexo II desta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa, se verificado que o comportamento das receitas e despesas e as metas de resultado primário ou nominal indicarem uma necessidade de revisão.

**Art. 12** - Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações.

**Art. 13** - As propostas do Poder Legislativo e dos órgãos e entidades do Poder Executivo serão encaminhadas à Secretaria de Finanças até o dia 10 de agosto de 2009, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

exercício de 2010, observadas as disposições desta lei.

**Art. 14** - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com o pagamento de servidor da Administração Pública, pela prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, custeadas com recursos provenientes de receitas de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

**Art. 15** - O Poder Executivo poderá realizar doações financeiras e materiais a pessoas físicas e jurídicas, inclusive em festividades e dias santos.

**Art. 16** - As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, fundações, autarquias e demais entidades instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras, depois de atenderem integralmente às necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, e as contrapartidas das operações de crédito e dos convênios.

**Art. 17** - O projeto de lei orçamentária conterà em nível de categoria de programação a identificação das fontes de recursos que não constarão da respectiva lei.

**Art. 18** As solicitações de abertura de créditos adicionais através de decretos, dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, serão submetidas à Secretaria de Finanças, acompanhadas de justificativas e a indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais e respectivas regionalizações atingidas e das correspondentes metas.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual estabelecerá os limites para abertura



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

de créditos adicionais e disporá sobre os remanejamentos e transferências de recursos entre órgãos da administração municipal.

§ 2º No decreto autorizativo, deverão constar, além das movimentações orçamentárias, os ajustes nas metas físicas das atividades e projetos envolvidos.

§ 3º As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas.

**Art. 19** - Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de despesa, procedendo a sua abertura na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º. Para efeito deste artigo, entende-se grupo de despesa como um nível de classificação de despesa, identificador de um objeto de gasto, dentro de um programa já existente.

§ 2º. A inclusão de Grupo de Despesa em projetos, atividades e operações especiais, constantes da Lei Orçamentária Anual, será efetivada por meio de abertura de crédito adicional suplementar.

**Art. 20** - As alterações orçamentárias que não impliquem em mudanças de grupo de despesas no mesmo projeto, atividades ou operações especiais, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Executivo, Legislativo, autorizadas pelo titular da unidade orçamentária interessada, detentora da dotação, mediante edição e publicação de portaria, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesa.

**Art. 21** - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as eventuais modificações ocorridas na Estrutura Organizacional Básica do Município, decorrentes de alteração na legislação Municipal surgida após o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias à Câmara Municipal.

**Parágrafo único** - A transposição, transferência ou remanejamento não deverão resultar em alteração dos valores das programações



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

aprovadas na Lei Orçamentária Anual 2010 ou em Créditos Adicionais, podendo haver, excepcionalmente ajuste na classificação funcional.

**Art. 22** - Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município;

II - anulem despesas relativas a:

- a) dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) limite mínimo de Reserva de Contingência.

III - Salvo no final do exercício, ou em situação prevista na legislação vigente.

**Art. 23** - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária em até 1% (um por cento) na lei orçamentária, sendo, no projeto e na lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

**Parágrafo único** Não será considerada, para os efeitos do *caput*, a reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.

**Art. 24** - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais a conta de recursos do Tesouro relativa ao excesso de arrecadação serão apresentados na forma e com o detalhamento da Lei Orçamentária Anual, acompanhada da exposição de motivos, contendo a atualização das estimativas da receita para o exercício.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 25** - A lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos de investimentos em obras da Administração Pública municipal, se:

I – as obras inacabadas tiverem sido contempladas com recursos orçamentários; e

II – as obras novas estiverem compatíveis com o PPA e se for comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

**Parágrafo único** - Entende-se como obras inacabadas aquelas cuja execução, até 30 de junho de 2009, ultrapassar 60% (sessenta por cento) do seu custo total financeiro contratado.

**Art. 26** - Até 15 (quinze) dias após o encaminhamento à sanção governamental dos autógrafos do projeto de lei orçamentária e dos projetos de lei de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, os dados e informações relativas aos autógrafos, indicando:

I - em relação a cada categoria de programação e grupo de despesa dos projetos originais, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, por fonte, realizados pela Câmara Municipal em razão de emendas;

II - as novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhes fixados no art. 5º desta lei, as fontes e as denominações atribuídas em razão de emendas.

**Art. 27** - Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei complementar Federal nº 101/00 entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

**Art. 28** - As ações de tecnologia da informação que importem em alocação de recursos deverão ser claramente expressas em projetos e atividades específicas e classificadas na subfunção 126 - Tecnologia da Informação, incluída na Lei Orçamentária Anual para esta finalidade.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

**Parágrafo único** - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, no âmbito do Poder Executivo, deverão enviar para a Secretaria de Finanças, com a proposta de orçamento, o detalhamento dos projetos de tecnologia da informação, que deram origem à previsão orçamentária elaborada pelo órgão e entidade.

**CAPÍTULO IV  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS**

**Art. 29** - A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2010 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

**Art. 30** - O Poder Judiciário encaminhará à Prefeitura Municipal e aos órgãos e entidades devedoras a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2010, conforme determina o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, especificando, no mínimo:

- I - número da ação originária;
- II - data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;
- III - número do precatório;
- IV - natureza da despesa: alimentar ou comum;
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- VII - valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago;
- VIII - data de atualização do valor requisitado;
- IX - órgão ou entidade devedora;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

X - data do trânsito em julgado; e

XI - número da Vara, a Comarca ou o Tribunal de origem.

§ 1º - Os órgãos e entidades devedores, referidos no *caput* comunicarão à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º - A Prefeitura Municipal encaminhará à Secretaria de Finanças, até 20 de julho de 2009, a relação de todos os precatórios judiciais emitidos em desfavor do Município, acompanhados dos respectivos ofícios requisitórios, para serem incluídos na proposta orçamentária de 2010, observado o disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

§ 3º - Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

**Art. 31** - Os órgãos e entidades do Poder Executivo submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Prefeitura Municipal, através da Assessoria Jurídica do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

**Art. 32** - O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

**Art. 33** - As despesas determinadas por sentenças judiciais da administração indireta serão programadas nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

**Art. 34** - Os recursos alocados na Lei Orçamentária, com a destinação prevista para pagamento de precatórios judiciais, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 35** - A Lei Orçamentária discriminará a dotação destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor.

**CAPÍTULO V  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA  
AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO**

**Art. 36** - A Agência Financeira Oficial de Fomento, na concessão de financiamentos, observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento prioritário às micros, pequenas e médias empresas, bem como aos minis, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas e outras formas de produção associativa;

II - estabelecer parcerias com instituições financeiras federais, estaduais e municipais para o aporte de recursos necessários ao financiamento de atividades produtivas;

III - aproveitamento dos potenciais econômicos setoriais e regionais;

IV - atendimento aos projetos sociais;

V - atendimento aos projetos destinados à defesa da qualidade de vida da população;

VI - atendimento aos projetos de natureza popular que possibilitem a geração de renda e ocupação;

VII - gerenciamento dos fundos de financiamento e projetos sociais;

VIII - atendimento a setores econômicos e, micro e pequenas empresas através da prestação de serviços de assistência técnica, assessoria e consultoria;

IX - realização de estudos econômicos e sociais relativos ao Município que aprofundem o conhecimento de sua economia e suas potencialidades de investimentos;

X - firmar Parcerias Público-Privadas, PPP, afim de atender as



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

necessidades do município;

**Parágrafo único** - Quando da não existência da Agência Financeira Oficial de Fomento, a mesma será representada pela Secretaria de Finanças do Município.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 37** - Serão observados pelos Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, os limites previstos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**Parágrafo único** - A Secretaria de Finanças, observará os parâmetros fixados no dispositivo constitucional e legislação pertinente, mencionados no *caput*, bem como as metas estabelecidas no programa de manutenção do equilíbrio fiscal do Município.

**Art. 38** - Para efeito de cálculo dos limites de despesa com pessoal, por Poder e órgão, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas do Estado, conforme previsto no § 2º do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**Art. 39** - No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2010, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, III e alíneas, da Lei Complementar Federal nº 101/00 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

**Parágrafo único** - Fica autorizado também ao Poder Executivo, criar novos cargos e secretarias, assim como extinguir cargos e secretarias.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 40** - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/00, a contratação de hora-extra, fica restrita às necessidades emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

**CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL E  
DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**Art. 41** - As operações de crédito, interna e externa, reger-se-ão pelo que determinam as resoluções do Senado Federal e em conformidade com o texto da Lei Complementar Federal nº 101/00 que regulamentar a matéria.

**Art. 42** - captação de recursos na modalidade de operações de crédito, pela administração direta ou por entidade da administração indireta, observada a legislação em vigor, será feita mediante a contratação de financiamentos.

**Art. 43** - Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido contratadas junto aos organismos financeiros competentes, até o período de elaboração do orçamento.

**Parágrafo único** - O Poder Executivo encaminhará, juntamente com a proposta orçamentária para 2010:

I – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxas de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

II – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2010, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 44** - O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal projetos de lei sobre matéria tributária que objetivem alterar a legislação vigente, com vistas a seu aperfeiçoamento, adequação aos mandamentos constitucionais e ajustamento às leis complementares federais, resoluções do Senado Federal ou decisões judiciais.

**Parágrafo único** - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais a empresas e pessoas físicas, desde que atendam as necessidades reguladas em Decreto Específico.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 45** - A Secretaria de Finanças, divulgará, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa por unidade orçamentária, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, especificando para cada categoria de programação a fonte, a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento da despesa e a regionalização.

**Art. 46** - O Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

**Art. 47** - O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2010, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 48** - Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para atingir a meta de resultado primário prevista no Anexo II desta lei, conforme determinado pelo art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00, os ajustes serão realizados de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras de cada Poder.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará os demais Poderes, acompanhado da metodologia e da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 2º Os Poderes, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicarão ato, até o final do mês subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira em cada um dos conjuntos de despesas, mencionadas no *caput* deste artigo.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido no *caput* do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos.

§ 4º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição far-se-á obedecendo ao estabelecido no § 1º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**Art. 49** - O projeto de lei orçamentária para 2010 será encaminhado à sanção até o encerramento da sessão.

**Art. 50** - Caso o projeto de lei orçamentária não seja encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2009, a programação relativa a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e demais despesas de custeio poderá ser executada, em cada



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO

mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma da proposta originalmente encaminhada à Câmara Municipal, até que a respectiva Lei Orçamentária seja sancionada ou promulgada.

**Parágrafo único** - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2010 a utilização dos recursos autorizados no *caput* deste artigo.

**Art. 51** - Os Poderes Legislativo e Executivo farão publicar, no órgão oficial do Município, até o vigésimo dia do mês subsequente ao bimestre vencido, por unidade orçamentária, demonstrativos da despesa mensal com pessoal e seus encargos.

**Parágrafo único** - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e empresas controladas pelo Município.

**Art. 52** - A prestação anual de contas do Município será entregue pelo chefe do Poder Executivo à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, conterà os seguintes documentos:

I - Relatórios da evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos, da execução dos programas e seus indicadores, dos projetos, das atividades e das operações especiais, contendo identificação, data de início, data de conclusão, execução física, orçamentária e financeira, estabelecidos no Plano Plurianual e na respectiva Lei Orçamentária;

II - Balanço Geral do Município.

**Art. 53** – Os Poderes Executivo e Legislativo, até 31 de agosto de 2008, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando, por órgão, autarquia e fundação, os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ  
GABINETE DO PREFEITO**

os quantitativos do ano anterior.

**Art. 54** – O projeto de lei orçamentária, para que a sistemática da responsabilidade na gestão fiscal possa atingir a sua finalidade, que é o equilíbrio das contas públicas, deve estar voltado para:

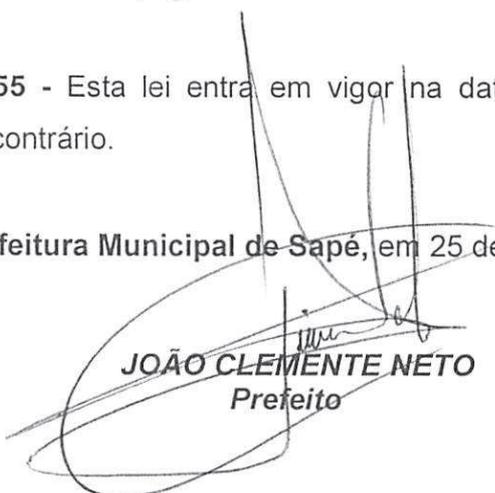
I – ação planejada e transparente, visando ao cumprimento das metas de resultado entre receitas e despesas;

II – prevenção de riscos e correção de desvios, obedecendo aos limites e condições no que tange a:

- a) renúncia de receita;
- b) geração de despesas com pessoal da seguridade social e outras;
- c) dívidas consolidada e mobiliária;
- d) operações de crédito, inclusive por Antecipação e outras;
- e) concessão de garantia;
- f) inscrição em restos a pagar.

**Art. 55** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 25 de junho de 2009.

  
**JOÃO CLEMENTE NETO**  
Prefeito

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática		Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
<b>01.01 CAMARA MUNICIPAL</b>				
01 031 0001 1002	Ampliação do Prédio da Câmara c/Inst.			
4490.51 001	Obras e Instalações			30.000,00
			Total do Projeto:	<b>30.000,00</b>
01 031 0001 2001	Operacionalização do Processo Legislativo			
4490.51 001	Obras e Instalações			10.000,00
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			10.000,00
			Total da Atividade:	<b>20.000,00</b>
01 122 0002 2003	Manutenção das Ações de Apoio as Atividades Legislativas			
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			5.000,00
			Total da Atividade:	<b>5.000,00</b>
			Total da Unidade:	<b>55.000,00</b>

Prefeitura Municipal de Sapé  
SECRETARIA DE FINANÇAS

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2009

Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
<b>02.01 GABINETE DO PREFEITO</b>	
04 122 0003 2005 Operacionalizacao do Serviço de Rep Oficial	
4490.52 001 Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Total da Atividade:	5.000,00
Total da Unidade:	5.000,00

Prefeitura Municipal de Sapé  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2009  
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Orçamentária
<b>02.02 SECRETARIA DE OBRAS E SERV URBANOS</b>				
04	122	1003	1003	Recuperação de Proprios do Municipio
	4490.51	001		Obras e Instalações
				37.100,00
				<b>Total do Projeto: 37.100,00</b>
15	451	0005	1004	Implant de Pavimentação em Vias Urbanas (Asfáltica e Paralelepipedos)
	4490.51	001		Obras e Instalações
				290.000,00
				<b>Total do Projeto: 290.000,00</b>
15	452	0005	1005	Construção e Revitalização de Praças
	4490.51	001		Obras e Instalações
				60.000,00
				<b>Total do Projeto: 60.000,00</b>
15	452	0326	1006	Construção e Ampliação de Cemiterios
	4490.51	001		Obras e Instalações
				50.000,00
				<b>Total do Projeto: 50.000,00</b>
16	482	0008	1007	Implantação de Unidades Habitacionais
	4490.51	001		Obras e Instalações
				200.000,00
				<b>Total do Projeto: 200.000,00</b>
16	482	0009	1008	Recuperação de Moradias Populares
	4490.51	001		Obras e Instalações
				30.000,00
				<b>Total do Projeto: 30.000,00</b>
17	512	0010	1009	Implantação de Sistemas de drenagem de Aguas Pluvias e Galerias
	4490.51	001		Obras e Instalações
				30.000,00
				<b>Total do Projeto: 30.000,00</b>
17	512	0010	1010	Perfuração de Poços Artesianos
	4490.51	001		Obras e Instalações
				10.000,00
				<b>Total do Projeto: 10.000,00</b>
17	512	0010	1011	Implantação de Rede de Esgoto Sanitario
	4490.51	001		Obras e Instalações
				40.000,00
				<b>Total do Projeto: 40.000,00</b>
17	512	0010	1012	Implantação de Rede de Distribuição de Agua Potavel
	4490.51	001		Obras e Instalações
				10.000,00
				<b>Total do Projeto: 10.000,00</b>
17	512	0010	1013	Construção de Privadas Higienicas
	4490.51	001		Obras e Instalações
				50.000,00
				<b>Total do Projeto: 50.000,00</b>
18	542	0255	1014	Construção do Saneamento Ambiental Urb de Lagoinha
	4490.51	001		Obras e Instalações
				100.000,00
				<b>Total do Projeto: 100.000,00</b>
18	542	0255	1015	Construção e Ampliação de Aterro Sanitario
	4490.51	001		Obras e Instalações
				100.000,00
				<b>Total do Projeto: 100.000,00</b>
23	695	1005	1016	Construção de terminal Turistico (Rodoviario)
	4490.51	001		Obras e Instalações
				100.000,00
				<b>Total do Projeto: 100.000,00</b>

Classificação Institucional Funcional Programática		Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Dotação Orçamentária
<b>02.02 SECRETARIA DE OBRAS E SERV URBANOS</b>				
25 752 0011	1017	Implantação de Redes de Energia ( Rural e Urbana )		
4490.51	001	Obras e Instalações		50.000,00
				<b>Total do Projeto: 50.000,00</b>
26 782 0005	1018	Construção de Abrigos Rodoviarios		
4490.51	001	Obras e Instalações		10.000,00
				<b>Total do Projeto: 10.000,00</b>
26 782 0012	1019	Implantação de Passagens Molhadas, Bueiros e Pontes		
4490.51	001	Obras e Instalações		100.000,00
				<b>Total do Projeto: 100.000,00</b>
26 782 0012	1020	Construção, Recuperação e Conservação de Estradas Vicinais		
4490.51	001	Obras e Instalações		50.000,00
				<b>Total do Projeto: 50.000,00</b>
15 122 0003	2008	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos		
4490.51	001	Obras e Instalações		20.000,00
4490.52	001	Equipamentos e Material Permanente		30.000,00
				<b>Total da Atividade: 50.000,00</b>
15 452 0007	2012	Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública		
4490.52	001	Equipamentos e Material Permanente		10.000,00
				<b>Total da Atividade: 10.000,00</b>
				<b>Total da Unidade: 1.377.100,00</b>

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Orçamentária
02.01	GABINETE DO PREFEITO	
02.03	FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	
09 272 0040 2013	Manutenção do Prev. Sapé	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	20.000,00
		Total da Atividade: 20.000,00
		Total da Unidade: 20.000,00

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
<b>02.04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
04 122 0003 2015 Operacionalização dos Serviços Administrativos Gerais	
4490.52 001 Equipamentos e Material Permanente	5.000,00
Total da Atividade:	<b>5.000,00</b>
Total da Unidade:	<b>5.000,00</b>

Prefeitura Municipal de Sapé  
 SECRETARIA DE FINANÇAS  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2009  
 Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Orçamentár
<b>02.05 SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		
28 843 0017 0001	Cumprimento de Decisões Judiciais Lavradas em Precatórios	
4690.91 001	Sentenças Judiciais	195.700,00
Total da Operação Especial:		<b>195.700,00</b>
28 846 0000 0002	Amortização de Dívida com o Pasp	
4690.71 001	Principal da Dívida Contratual Regatado	200.000,00
Total da Operação Especial:		<b>200.000,00</b>
28 846 0017 0003	Amortização de Dívidas Parceladas/INSS	
4690.71 001	Principal da Dívida Contratual Regatado	512.600,00
Total da Operação Especial:		<b>512.600,00</b>
28 846 0017 0004	Amortização de Dívidas Parceladas/FGTS	
4690.71 001	Principal da Dívida Contratual Regatado	300.000,00
Total da Operação Especial:		<b>300.000,00</b>
28 846 0018 0005	Amortização de Dívidas Previdencias PREV-SAPÉ	
4690.71 001	Principal da Dívida Contratual Regatado	406.000,00
Total da Operação Especial:		<b>406.000,00</b>
04 123 0015 2017	Manutenção do Serv. de Administração e Controle Financeiro	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
Total da Atividade:		<b>10.000,00</b>
Total da Unidade:		<b>1.624.300,00</b>

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Orçamentária
<b>02.06 SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>				
20	602	1006	1021	Construção de 01 Matadouro Publico
	4490.51		001	Obras e Instalações
	4490.61		001	Aquisição de Imóveis
				Total do Projeto:
				<b>350.000,00</b>
20	601	0019	2019	Manutenção das Ações Voltadas para o Apoio a Agricultura
	4490.51		001	Obras e Instalações
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				Total da Atividade:
				<b>142.600,00</b>
				Total da Unidade:
				<b>492.600,00</b>

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Orçamentária
<b>02.07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>				
12	122	1004	1022	Cosntrução do Predio da Sede da Secretaria de Educação
	4490.51		001	Obras e Instalações
				100.000,00
				<b>Total do Projeto: 100.000,00</b>
12	361	0021	1023	Construção de Escolas na Zona Urbana e Rural
	4490.51		001	Obras e Instalações
				200.000,00
				<b>Total do Projeto: 200.000,00</b>
12	361	0021	1024	Ampliação e Restauração de Unidades Escolares
	4490.51		001	Obras e Instalações
				120.000,00
				<b>Total do Projeto: 120.000,00</b>
12	361	1004	1025	Aquisicao de Veiculos
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				50.000,00
				<b>Total do Projeto: 50.000,00</b>
27	812	0027	1026	Construção de Quadra Poliesportiva
	4490.51		001	Obras e Instalações
				40.000,00
				<b>Total do Projeto: 40.000,00</b>
27	812	0027	1027	Construção de Estadio de Futebol
	4490.51		001	Obras e Instalações
				100.000,00
				<b>Total do Projeto: 100.000,00</b>
12	361	0020	2020	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
	4490.51		001	Obras e Instalações
				10.000,00
				<b>Total da Atividade: 10.000,00</b>
12	361	0021	2021	Manutenção do Ensino Fundamental
	4490.51		001	Obras e Instalações
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
	4490.61		001	Aquisição de Imóveis
				50.000,00
				57.700,00
				25.000,00
				<b>Total da Atividade: 132.700,00</b>
12	361	0021	2022	Execução do Programa Dinheiro na Escola
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				1.000,00
				<b>Total da Atividade: 1.000,00</b>
12	365	0023	2025	Operacionalização da Educação Infantil
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				29.800,00
				<b>Total da Atividade: 29.800,00</b>
12	367	0021	2029	Promoção de Educação Especial
	4490.51		001	Obras e Instalações
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				5.000,00
				5.000,00
				<b>Total da Atividade: 10.000,00</b>
13	392	0025	2030	Manutenção da Biblioteca Municipal
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				30.000,00
				<b>Total da Atividade: 30.000,00</b>
13	392	0026	2031	Realização de Eventos Socio Culturais
	4490.52		001	Equipamentos e Material Permanente
				20.000,00
				<b>Total da Atividade: 20.000,00</b>

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
<b>02.07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	
13 392 0026 2032 Apoio a Banda de Musica Santa Cecilia	
4490.52 001 Equipamentos e Material Permanente	20.000,00
Total da Atividade:	<b>20.000,00</b>
Total da Unidade:	<b>863.500,00</b>

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos				Orçamentária
<b>02.08</b>	<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>			
<b>02.081</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>			
10 301 0031 1028	Construção de Unidades de Saúde			
4490.51 001	Obras e Instalações			145.000,00
Total do Projeto:				<b>145.000,00</b>
10 301 0031 1029	Equipamento de Unidade de Saúde			
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			150.000,00
Total do Projeto:				<b>150.000,00</b>
10 301 0031 1030	Ampliação de Unidades de Saúde			
4490.51 001	Obras e Instalações			60.000,00
Total do Projeto:				<b>60.000,00</b>
10 301 0031 1031	Reaparelhamento de Unidades do P.S.F.			
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			10.000,00
Total do Projeto:				<b>10.000,00</b>
10 302 0031 1032	Aquisição de Veículos para Saúde			
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			100.000,00
Total do Projeto:				<b>100.000,00</b>
10 301 0029 2035	Manutenção do Programa Saúde na Família			
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			17.800,00
Total da Atividade:				<b>17.800,00</b>
10 301 0030 2036	Execução do Programa de Saúde Bucal			
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			50.000,00
Total da Atividade:				<b>50.000,00</b>
10 301 0031 2037	Operacionalização das Ações Básicas e Serviços de Saúde (FMS)			
4490.51 001	Obras e Instalações			5.000,00
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente			70.000,00
Total da Atividade:				<b>75.000,00</b>
10 301 0031 2038	Conservação e Reforma da Rede Física de Saúde			
4490.51 001	Obras e Instalações			10.000,00
4490.61 001	Aquisição de Imóveis			10.000,00
4590.61 001	Aquisição de Imóveis			10.000,00
Total da Atividade:				<b>30.000,00</b>
10 301 0031 2039	Manutenção das Atividades do Hospital Sa Andrade			
4490.51 003	Obras e Instalações			5.000,00
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente			20.000,00
Total da Atividade:				<b>25.000,00</b>
10 304 0033 2041	Manutenção da Vigilância Sanitária			
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente			21.000,00
Total da Atividade:				<b>21.000,00</b>
10 305 0034 2042	Programa de Controle Epidemiológico			
4490.52 003	Equipamentos e Material Permanente			3.000,00
Total da Atividade:				<b>3.000,00</b>
Total da Unidade:				<b>686.800,00</b>

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Orçamentária
<b>02.09 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL</b>		
08 241 0125 1033	Construção do centro de Convivência do Idoso	
4490.51 001	Obras e Instalações	90.000,00
4490.61 001	Aquisição de Imóveis	10.000,00
Total do Projeto:		<b>100.000,00</b>
08 241 0125 1034	Aquisicao de Veiculo para o Bolsa Familia	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
Total do Projeto:		<b>30.000,00</b>
08 122 0036 2044	Secretaria de Promoção Social	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	13.100,00
Total da Atividade:		<b>13.100,00</b>
08 243 0038 2046	Manutenção do Serviço de Assistencia a Criança	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
Total da Atividade:		<b>1.000,00</b>
08 243 0038 2047	Ações do Conselho tutelar e Fundo Mun. a Criança e Adolesc	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	15.000,00
Total da Atividade:		<b>15.000,00</b>
08 244 0036 2052	Manutenção de Ações de Apoio e Promoção Familiar	
4490.52 001	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
Total da Atividade:		<b>10.000,00</b>
08 244 0125 2055	Apoio e Promoção das Ações do Programa Bolsa Familia	
4490.51 001	Obras e Instalações	10.000,00
Total da Atividade:		<b>10.000,00</b>
Total da Unidade:		<b>179.100,00</b>

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
<b>02.10 GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>	
04 122 0003 2056 Operacionalização do Gabinete do Vice-Prefeito	
4490.52 . 001 Equipamentos e Material Permanente	33.000,00
Total da Atividade:	33.000,00
Total da Unidade:	33.000,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
<b>02.11 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO</b>	
26 782 0004 2057 Operacionalização das Atividades do DMTRANS	
4490.51 001 Obras e Instalações	20.000,00
Total da Atividade:	20.000,00
Total da Unidade:	20.000,00
Total Geral:	5.361.400,00

Prefeitura Municipal de Sapé  
SECRETARIA DE FINANÇAS

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2009  
Anexo da Despesa de Capital

Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores Corrente

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
<b>02.11 DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO</b>	
26 782 0004 2057 Operacionalização das Atividades do DMTRANS	
4490.51 001 Obras e Instalações	20.000,00
Total da Atividade:	20.000,00
Total da Unidade:	20.000,00
Total Geral:	5.361.400,00